

## **A POLÍTICA DE PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA SOB O OLHAR DOS ESTUDANTES: O CASO DA UFF**

Giselle Pinto\*  
giselleuff@gmail.com

### **RESUMO**

A Universidade Federal Fluminense passou por expressiva expansão e reestruturação nos anos 2000 e apesar de ofertar desde longa data ações de assistência estudantil, instituiu uma Política a partir dos recursos do REUNI e PNAES, que amplia em muito as oportunidades dos estudantes de acessarem recursos para sua manutenção no curso superior. Em vista disso, buscamos através de dados coletados junto à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, gestora dos recursos do PNAES e responsável pela política institucional de permanência, analisar as missivas produzidas pelos candidatos à Bolsa Desenvolvimento Acadêmico com objetivo de conhecer o olhar, ou seja, sob quais perspectivas os estudantes se candidatam à bolsa, como percebem o papel da instituição, das ações ofertadas pela UFF, e deles próprios, em sua permanência universitária. Como resultados, vimos que, dentre outros, os estudantes recorrem a discursos e representações que ressaltam o acesso às bolsas como parte de um “projeto universitário”, um “direito social à educação” ou ainda um “auxílio” em resposta a “necessidades” decorrentes da sua condição social, que extrapolam os objetivos imediatos de sua permanência no ensino superior.

**Palavras-chave:** ensino superior; permanência universitária; políticas institucionais.

### **1 INTRODUÇÃO**

No contexto atual, a UFF se destaca como um importante campo de estudos no debate sobre expansão do ensino superior por ter sido uma das universidades brasileiras que melhor aproveitou os investimentos governamentais empregados nos últimos anos para crescer em números e em estrutura física. Com os recursos advindos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (BRASIL, 2007), ela adotou uma política de expansão baseada na estratégia de criação de novos cursos e na interiorização para outros municípios fluminense de determinadas formações antes somente ofertadas na cidade de Niterói. O resultado dessa política é a expressividade conquistada pela Universidade que sai de um patamar de aproximadamente 4 mil matrículas em 2005 para mais de 9 mil em 2013, de 69 cursos em 2005 para 125 na graduação em 2013, além de um acréscimo 180 mil metros quadrados de área construída entre 2007 e 2014 (RELATÓRIO DE GESTÃO/UFF, 2014).

---

\* Doutora em Serviço Social pela PUC-Rio, assistente social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/Niterói, Brasil. Pesquisadora das áreas de educação superior, assistência estudantil, gênero e relações raciais.

Esse novo cenário – que se construiu nas universidades federais a partir da adesão ao REUNI em 2007 – recebeu um incremento com a chegada dos recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (BRASIL, 2010), que promoveu uma intensa reformulação nos serviços ofertados pelas instituições para a assistência estudantil. Essa reestruturação buscava responder a um esperado aumento da demanda por apoio institucional para permanência, justificado principalmente pelo provável crescimento do ingresso de estudantes pobres na instituição a partir da implementação de medidas de expansão e reserva de vagas ocorridas em meados dos anos 2000<sup>1</sup>, bem como para atender ao que ficou definido para a atuação das universidades federais, a partir de 2010, por meio do PNAES.

No caso da UFF, as ações voltadas à permanência estudantil não representam algo novo ao contrário, desde a década de 60 a instituição oferta bolsas aos estudantes matriculados nos cursos de graduação e considerados “carentes” de recursos materiais, e já de longa data existe o Restaurante Universitário, que promove alimentação subsidiada a todo corpo universitário. No entanto, até 2007, existia somente o RU e uma modalidade de bolsa, Bolsa Treinamento, com um reduzido número de vagas, diferente do cenário atual, marcado por uma elevação exponencial nas vagas ofertadas, bem como uma diversificação de modalidade, voltadas ao transporte, moradia, alimentação, creche, saúde e desenvolvimento acadêmico.

Importa-nos, particularmente nesse artigo abordar o aumento do ingresso de e estudantes pobres nas universidades brasileiras e sua relação com as políticas de permanência. Na literatura específica, a permanência de estudantes pobres no ensino superior é frequentemente abordada a partir de duas possibilidades ou estratégias de planejamento do financiamento do curso. A primeira é descrita como parte de um projeto familiar ou individual, viabilizada através da reserva de recursos. Outra enfoca a manutenção no curso pela concomitância do estudo com o trabalho.

Zago (2006) nomeia por “pé de meia” a estratégia de realização de alguma espécie de poupança, iniciada antes mesmo do ingresso na universidade, que visa manutenção dos gastos após aprovação para o ensino universitário. Entretanto, conforme observa a autora, tal estratégia revela certo grau de incerteza quanto à concretização do objetivo da formação, uma vez que os recursos acumulados muitas vezes subestimam os gastos da vida universitária. Por

---

<sup>1</sup> No início dos anos 2000, as instituições universitárias de todo o Brasil implementaram, por opção interna, políticas voltadas a reserva de vagas a partir de três modelos distintos, conforme as lutas travadas internamente, as cotas raciais, voltadas para negros e afrodescendentes; as cotas sociais, cujo acesso às vagas exige comprovação da condição socioeconômica dos candidatos; e os bônus no vestibular, que representam um acréscimo de pontos na nota final do exame (PAIVA, 2013). Em 2012, é instituída a Lei 12.711 pela qual a reserva de vagas nas universidades públicas e nos institutos técnicos federais torna-se compulsória.

outro lado, se estamos falando de estudantes oriundos de famílias com renda per capita precária, é coerente pensar que esses esforços de poupança não sejam comuns a todos.

Neste caso, a permanência no ensino superior pela via da inserção no mercado de trabalho configura – conforme observado por Zago (2006) – a condição de “estudante parcial”, onde se enquadram aqueles que, por diversos motivos, durante o percurso acadêmico exerceram algum tipo de atividade remunerada, em tempo integral ou parcial, desde o início do curso. Para muitos entrevistados da pesquisa realizada pela autora, o compromisso com atividades remuneradas no mercado de trabalho concorria diretamente com o tempo dedicado aos estudos.

Uma terceira possibilidade e/ou estratégia de permanência utilizada pelos estudantes pobres para permanência no ensino superior enfatiza a busca por apoio em redes de relações, em grupos de ajuda mútua ou engajamento em movimentos sociais no interior da universidade. Teixeira (2003, p. 217) aciona a ideia das “redes de relações” como fator determinante nas trajetórias de ascensão social empreendidas por universitários negros oriundos de camadas pobres na universidade pública. Nas observações da autora, estas redes extrapolam os limites familiares, abrangendo o auxílio em despesas, como os transportes ou alimentação. E dado que uma parcela dos entrevistados não desfruta de vínculos familiares ou não podia encontrar nestas relações a esperada valorização de seu projeto de ascensão social pela via da educação, parte dos apoios recebidos eram realizados sob a forma de incentivos morais.

Muitas são as alternativas buscadas pelos universitários das camadas mais pobres em sua permanência no curso. No entanto, Souza e Silva (2003) identifica em sua pesquisa que – ao final do primeiro ano letivo – as estratégias que os estudantes lançaram mão para se manter tendem a se enfraquecer, dentre outros, pelo seu reduzido capital econômico, assim como de seus familiares ou ainda a ausência de rede familiar ou de ajuda. Partindo disso, destacamos a importância da atuação das políticas institucionais de permanência como mecanismo de prevenção da evasão de estudantes pobres nas universidades públicas. Conforme Peixoto:

A permanência dos estudantes nos cursos, além de ser uma questão inerente à gestão das instituições de educação superior, é também componente do processo de inclusão social. (...) não basta assegurar o acesso à educação superior, pois além das dificuldades socioeconômicas, os próprios processos escolares contribuem para que o estudante não conclua seus estudos. As condições para que os alunos provenientes de famílias mais pobres possam frequentar o ensino superior e ter um bom desempenho nessa etapa de formação, quando muitos até deixam de estudar para assegurar o sustento familiar, precisam ser também objeto de políticas educacionais (PEIXOTO, 2008, p. 5)

Partimos desse entendimento para analisar, no presente artigo, as perspectivas dos estudantes que se colocam como demandantes desses recursos, buscando compreender qual papel atribuído por eles à instituição e a si próprios, em seu processo de permanência no curso superior. Examinamos ainda sua autor-representação, ou seja, a partir de que aspectos de sua condição de vida, experiências e representações estão embasadas nas justificativas de sua demanda por apoio institucional para permanência.

## 2 METODOLOGIA DE PESQUISA

Na produção do presente artigo, contemplou-se o uso de documentos produzidos no âmbito da gestão da Universidade como fonte de coleta de dados, destacadamente aqueles produzidos e compilados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), órgão responsável pela coordenação e execução da política de assistência estudantil da UFF. O olhar dos estudantes foi coletado através dos dados da Bolsa Desenvolvimento Acadêmico (BDA), tendo em vista essa ser a bolsa mais antiga ofertada pela Universidade – desde a década de 1970 e ter passado por importantes atualizações em 1993 e 2012, sendo a última em sua nomenclatura, quando deixou de ser chamada Bolsa Treinamento e passou a se chamar Bolsa Desenvolvimento Acadêmico.

Por conta da inserção profissional junto à PROAES, sabíamos que a concessão de bolsas passava por uma fonte comum, sendo facultada a todos os estudantes da Universidade o direito à participação no processo seletivo, cabia à equipe de profissionais da PROAES estabelecer o crivo dos casos prioritários a serem contemplados com o recurso. Como parte desse processo, os solicitantes são instados a justificar sua demanda por escrito. Dada a elevada concorrência, em pouquíssimos casos os estudantes deixam de apresentar suas justificativas. Estabelecemos para a pesquisa uma coleta aleatória de 5% de casos, a partir dos dados de 2100 candidatos contemplados, indeferidos e que ficaram aguardando novas vagas da Bolsa Desenvolvimento Acadêmico no ano de 2014.

Nesse sentido, buscamos analisar nos argumentos dos estudantes as percepções e representações que lançam mão para serem compreendidos pela Universidade em sua solicitação da Bolsa. Vale notar ainda que as justificativas foram analisadas como “atos de fala”<sup>2</sup> pois, em nossa visão, elas representam tudo aquilo que os estudantes desejam informar,

---

<sup>2</sup> Em virtude dos objetivos a que foram produzidas as justificativas, elas assumem uma dimensão de diálogo, onde os “missivistas” estavam envolvidos em uma interação *conversacional* com a burocracia da Universidade (PROAES), buscando ser compreendidos e contemplados em sua solicitação (REIS, 1998, p. 258).

comunicar ou mesmo apresentar ao setor responsável pela assistência estudantil, o que consideram ser capaz de justificar sua demanda pela Bolsa.

Partimos do que afirmara Bourdieu (2006, p. 188-189) quanto aos “esforços” empreendidos pelos indivíduos em produzir discursos sobre si, quando lhes são exigidas apresentações públicas de suas vidas. O autor identifica que em diversos espaços, como em situações de exame, apresentação de documentos oficiais, produção de *curriculum vitae* e outros que extrapolam suas representações privadas, as trocas íntimas entre familiares, os indivíduos tendem a empreender um *esforço de apresentação de si, ou melhor, de produção de si*, onde de maneira mais ou menos consciente *oficializam* uma representação de sua própria vida.

Sobre as ações de Assistência Estudantil, identificamos nas justificativas encaminhadas ao setor de bolsas da PROAES, que ela é vista pelos estudantes sob uma diversidade de perspectivas. É recorrente nas falas analisadas uma leitura sobre a assistência estudantil enquanto um direito, associado ao direito à educação, voltado a todos os estudantes que ingressam nas instituições públicas. Outra visão afirma que ela é uma “ajuda”, um “auxílio” ofertado pelo poder público em virtude da reduzida condição social vivenciada pelos estudantes e seus familiares na manutenção do curso. Uma terceira compreende a assistência estudantil como uma estratégia integrante de seu *projeto* universitário, onde o apoio institucional é buscado para a promoção da permanência e como garantia de sucesso no “investimento” que estão realizando – que é a busca pela diplomação superior.

### 3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO DIREITO À EDUCAÇÃO

É recorrente nas falas dos estudantes que solicitam a Bolsa Desenvolvimento Acadêmico o entendimento de que a assistência estudantil é um direito a ser garantido para a consolidação do direito à educação (RAMOS, 2012).

Solicito a bolsa, pois como estudante de uma universidade tenho o direito de um benefício para aperfeiçoar meus estudos. Uma vez que, recebendo a bolsa eu possa aprimorar cada vez mais meus conhecimentos. Pois, sem a bolsa, tenho dificuldades financeiras e dou aulas particulares para complementar (Grifos nossos, Betina, 21 anos, aguardando vaga).

Autores como Vieira et al (2012) e Ramos (2012) apontam que a Política de Assistência Estudantil, através de seu conjunto de ações, deve estar voltada para assegurar a permanência na universidade, promovendo igualdade de condições entre os estudantes em

sua vida acadêmica e garantindo tanto o direito de acesso quanto a permanência e conclusão do curso *em condições adequadas* (VIEIRA et al, 2012, p. 32). Muitos demandantes da Bolsa partilham dessa visão, posto que consideram o recurso institucional como essencial para garantir sua manutenção em um curso superior, como vemos na fala de Ernesto apresentada abaixo.

Solicito à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, a concessão da bolsa Desenvolvimento Acadêmico 2014, **a fim de garantir minha permanência na universidade** e o desenvolvimento de um projeto técnico-científico, o que agrega (e muito) na minha vida acadêmica. Do ponto de vista social, é a minha única forma de renda. Meu tempo é inteiramente a UFF, não consigo ter nenhuma responsabilidade lá fora. Se eu tiver que trabalhar, terei que trancar muitas disciplinas e mesmo assim, não entraria em consenso com o ritmo do meu curso. **Peço a concessão da bolsa por não ter nenhuma outra fonte de renda e para me dedicar mais ainda a minha prioridade, que é o estudo** (Grifos nossos, Ernesto, 18 anos, contemplado).

A partir do fragmento, podemos observar o papel atribuído pelo estudante à Universidade em sua permanência no curso, chegando inclusive a indicar a Bolsa como sua fonte de renda. Outras falas corroboram com essa visão e também atribuem à instituição um papel que é promover sua independência da renda familiar e efetivar, através do recebimento da Bolsa, sua formação superior.

**Não possuo renda e pretendo ter dedicação exclusiva à minha vida acadêmica para um melhor desempenho**, e meus pais não têm condições de me sustentar, ainda mais agora que estão pagando o material da construção de um imóvel, e este material foi financiado (Grifos nossos, Pedro, 19 anos, indeferido).

Os objetivos, ações e mesmo requisitos de seleção propostos no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), já vêm sendo empregados pela UFF em sua Política, refletindo inclusive no texto dos editais do processo seletivo para as bolsas assistenciais. Isso parece ter gerado a identificação para os estudantes daqueles casos que, conforme o texto do PNAES, serão considerados prioritários no atendimento, ou seja, *estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior* (Grifos no original, BRASIL, 2010).

Sou recém-casada e meu esposo é a única fonte de renda da minha família, **sendo que esta é abaixo de três salários mínimos**. Necessito da bolsa para financiar os gastos com livros, xerox, alimentação, transportes e vestuário, pois minha renda é insuficiente para custear todas essas despesas (Daiana, 20 anos, aguardando vaga).



A assistência estudantil representa, portanto, segundo os argumentos analisados, um conjunto de ações voltadas a promover a permanência universitária, de forma universal e igualitária, daqueles que ingressam nas instituições públicas. Na perspectiva desses estudantes, a atuação da Bolsa Desenvolvimento Acadêmico é destacada como meio para impedir sua evasão do curso.

Algumas falas demonstram um conhecimento prévio dos estudantes quanto às transformações que vêm sendo realizadas no sistema de educação superior brasileiro. Ao se apresentarem como tendo direito à Bolsa por serem estudantes de uma universidade pública, por terem ingressado na UFF, em um cenário mais aberto à escolha da instituição a que se deseja cursar, ou ainda ao se identificarem como correspondentes dos requisitos exigidos para a aprovação do recurso, esses estudantes indicam que tomaram contato com as normativas atuais que organizam a política de educação superior na atualidade

#### **4 A CONDIÇÃO DE POBREZA COMO VIA DE ACESSO**

No Brasil, historicamente o termo *assistência* foi relacionado a uma conotação negativa enquanto benemerência pública ou privada, voltada a satisfazer necessidades apresentadas pela população pobre. Nesse sentido, apresentar-se como “necessitado”, “pobre” e “carente” foram durante longo período as saídas encontradas pela população na busca pelos serviços de “assistência”, que, por sua vez, eram ofertados através de ações governamentais, mas vistos socialmente como “ajudas circunstanciais” resultantes da bondade do governante (SPOSATI, 2006, p. 10). Apesar dos avanços em relação aos direitos sociais e ao reconhecimento da dignidade do cidadão no texto da Constituição de 1988, muitos elementos dessa cultura são ainda persistentes nas relações sociais construídas na sociedade brasileira e se apresentam inclusive nas falas dos estudantes coletadas na pesquisa.

Partindo disso, identificamos que uma parcela significativa dos estudantes solicitantes de Bolsa da UFF concebe a assistência estudantil como uma “assistência” que faz jus àqueles que comprovam estar em condição de pobreza, de “carência”, e que, portanto, não conseguirão permanecer no curso superior com recurso pessoal ou familiar. Nestes depoimentos, a assistência estudantil é nomeada como uma “ajuda”, um “auxílio”, o que a faz se distanciar do campo do direito. O uso recorrente destes termos nas falas analisadas parece indicar ainda que o fato de terem que passar por averiguação de sua condição socioeconômica, conforme previsto nos editais de seleção de bolsistas, gera nos candidatos o

entendimento de que quanto mais pobres conseguirem comprovar, mais facilmente a burocracia da Universidade atenderá à sua demanda.

A solicitação da bolsa é motivada pela **carência financeira familiar**, que dificulta a minha permanência no município da faculdade, uma vez que este apresenta um alto custo relativo a alimentação e moradia, não compatível com a renda da minha família. Ainda mais com o problema de saúde do meu pai que o impede de trabalhar (Grifos nosso, Clarice, 18 anos, aguardando vaga).

A comprovação de situação de pobreza ou “carência” a que estão submetidos os indivíduos não está textualmente presente no edital de seleção da Bolsa Desenvolvimento Acadêmico, ainda assim diversos candidatos tomam isto como requisito para o deferimento de sua solicitação.

Minha Família é pobre e os gastos em casa são altos, na verdade eu necessito dessa bolsa para me manter na universidade, porque meus pais não têm condições financeiras para me ajudar com os gastos e se eu não consegui a bolsa não vou conseguir continuar na faculdade. Meus pais vêm de família bem pobre, eles só tiveram o básico na sua infância e não tiveram condições de se quer terminar o ensino fundamental, pois começaram a trabalhar desde pequenos. Com essa ajuda eu vou continuar fazendo faculdade aqui e vou me esforçar ao máximo para conseguir excelentes notas e realizar o meu sonho em ser físico. (Benício, 23 anos, contemplado)

Yasbek (2010, p. 154) afirma que a pobreza é uma categoria política que abarca ausência tanto de direitos quanto de oportunidades. A existência de indivíduos “pobres” representa a persistência de heranças históricas da sociedade brasileira, marcada por uma tradição oligárquica, autoritária, com profundas desigualdades e assimetrias entre seu grupo, e caracterizada por ofertas sempre insuficientes de serviços e recursos, que – por essa razão – ficam mais voltados a atender os segmentos sociais mais “pobres”.

Nesse sentido, consideramos que apresentar-se como “pobre” ou ainda como “carente” representa uma leitura desses estudantes de que essas categorias podem gerar uma maior facilidade de reconhecimento junto à instituição sobre sua demanda. Uma explicação possível para isso está em experiências anteriores, suas ou de membros de seu grupo familiar com as políticas sociais desenvolvidas no Brasil, especialmente a de assistência social, que “constitui forma específica e estratégica de atribuir alguns serviços sociais a determinados segmentos da população (...) o mais pauperizado” (SPOSATI, 2006, p. 13-17).

Há ainda nas falas uma recorrência no uso de termos - como “auxílio” e “ajuda” - como forma de validar para a Universidade a “necessidade” da Bolsa, como exemplificam os fragmentos abaixo.



**Eu quero uma ajuda para me aprimorar**, pelo fato de não ter renda o suficiente para isso. E quero melhorar meu desenvolvimento acadêmico (Grifos nossos, Arilza, 39 anos, contemplada).

Estou solicitando esta bolsa, pois **necessito de auxílio para me manter no curso enquanto não consigo um emprego** de meio período que permita cursar regularmente a faculdade e ainda ajudar a minha família com as despesas diárias. (Grifos nossos, Davi, 18 anos, contemplado).

Algumas falas destacam a redução da condição social da família como justificativa para solicitação da Bolsa.

Estou muito tempo desempregada e por motivos de falecimento dos meus pais as condições financeiras ainda não se normalizou. Passo o período todo na faculdade participando de palestras, cursos nos fins de semana (Pule), despesas com livros, xerox e preciso de apoio financeiro para prosseguir e da continuidade em sanar algumas despesas com remédios entre outros (Margarida, 45 anos, contemplada). Em minha composição familiar somos eu e minha mãe, que reside em Leopoldina - MG e é aposentada. Eu resido sozinha. Com muito esforço vinha cumprindo com minhas obrigações financeiras, mas a recente demissão sem justa causa me deixou numa situação instável. Apesar da propaganda do mercado de trabalho viver um momento do pleno emprego, a minha idade é um fator negativo, sendo assim requisito o benefício (Marisa, 33 anos, contemplada).

Na visão desses estudantes, a Bolsa é buscada como um *benefício* que vai além do custeio do curso, pois atuaria como um complemento à renda familiar, para que possam arcar com despesas médicas e farmacêuticas, atuar em situações de desemprego pessoal ou de familiar, ou ainda de falecimento do familiar que possuía a renda da casa. Entretanto, vemos a descrição de tais situações nos objetivos da assistência social, conforme definidos na Lei Orgânica da Assistência Social<sup>3</sup>. Isso nos leva a sugerir que os argumentos presentes nas justificativas de Margarida e Marisa se devam ao desconhecimento dos objetivos e áreas de atuação de outras políticas sociais, ou ainda por seu mau funcionamento, que parece estar trazendo, para dentro da Universidade, demandas que extrapolam tanto seus objetivos quanto sua capacidade de atendimento.

## **5 PROJETO UNIVERSITÁRIO E AS ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA**

---

<sup>3</sup> A Lei Orgânica da Assistência Social (Lei N. 8.742, de 7 de dezembro de 1993) apresenta como objetivos da assistência social, em seu artigo segundo, a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária (BRASIL, 1993).

Dentre as alternativas buscadas pelos estudantes pobres para se manter no ensino superior, estão os recursos institucionais, desde o restaurante e a moradia universitária, até as bolsas assistenciais vistas como importantes oportunidades de manutenção dos diversos custos exigidos no curso superior. Contudo o que especifica esse grupo é o fato de destacarem em suas justificativas não só a “necessidade” da Bolsa, mas também sua oferta de “desenvolvimento acadêmico”.

Assim, baseando-se no próprio nome da Bolsa, os estudantes enfatizam que sua demanda vai além do apoio financeiro ofertado pela Universidade, mas se deve igualmente à possibilidade de se integrar a um projeto de pesquisa juntamente a um docente da Universidade, de receberem a orientação deste e, dessa forma, se integrar ainda mais à vida acadêmica, ampliando seus conhecimentos. Ao que parece, essa oportunidade vem incentivando muitos desses estudantes a arriscar-se em aspirações profissionais mais altas (TEIXEIRA, 2003), provocando criar expectativas maiores em relação ao sucesso, entendido enquanto ingresso em cursos de mestrado e em melhores posições no mercado de trabalho, como veremos nos fragmentos a seguir.

Um dos primeiros aspectos destacados nas falas dos estudantes é a busca empreendida – devido às condições econômicas vivenciadas por eles e seus familiares – em ingressar especificamente em uma instituição pública de ensino superior, em virtude de sua gratuidade.

Eu moro em Niterói, **exclusivamente para estudar em universidade pública**. Divido apartamento com meus 3 primos, apartamento esse, alugado pelo pai de um deles. Meu tio cobre as despesas de aluguel, condomínio, água e luz. Meus pais custeiam meus gastos como transporte, alimentação e a manutenção na universidade. Mesmo com tal ajuda, as despesas são altas. **Vi nessa bolsa de estudos** uma oportunidade, para ajudar nas despesas com que meus pais têm para me manter na universidade. E seria de extrema ajuda se eu conseguisse essa bolsa. Muito obrigado desde já (Grifos nossos, Eliel, 22 anos, aguardando vaga).

Mesmo enfrentando dificuldades, os estudantes ingressam na UFF sob a influência de representações sociais de que as universidades públicas, especialmente as federais e muitas estaduais, desfrutam de prestígio social dentro do sistema de ensino superior brasileiro - a ser transferido para aqueles que possuem seus diplomas (ALMEIDA, 2007). Assim, ingressar nestas instituições já representa um sucesso, uma “vitória”, como afirma a estudante em seu projeto universitário.

Esta faculdade é o sonho que minha mãe está realizando, por ela e por meu pai, afinal criar uma filha sozinha, **e colocá-la numa faculdade com tanto nome, como a UFF é uma vitória**. Preciso desta bolsa, preciso da ajuda de vocês. Desde já agradeço (Grifos nossos, Silvana, 24 anos, indeferida).

Muitos estudantes possuem uma clara noção de que estão desenvolvendo uma *trajetória ascendente* (TEIXEIRA, 2003, p. 194), onde – através da aprovação em uma universidade pública – estão iniciando um processo de ascensão social, a partir de sua geração. Nesse sentido, passam a se apresentar como “pessoas de referência” de seu meio familiar e como “exemplo que pode ser seguido por qualquer um que se disponha a lutar para conquistar uma vida melhor” (TEIXEIRA, 2003).

**Sou o primeiro de minha família a passar em uma universidade pública, logo, há uma expectativa e uma aposta muito grande em cima de mim. Minha família possui um histórico ruim em termos: tempo de estudo.** Minha mãe é analfabeta, meu pai terminou o ensino médio através de supletivo, dos meus parentes, somente três pessoas concluíram o ensino superior. Ser contemplado com essa bolsa, mais do que continuar com a minha permanência na universidade, representa, também, a chance de poder continuar tentando mudar este baixo histórico de estudo da qual tem passado minha família (Grifos nossos, Wagner, 22 anos, contemplado).

Outra recorrente percepção sobre a BDA é de que ela é uma oportunidade de aperfeiçoamento profissional e um meio de integração do estudante à vida universitária. Esta percepção aparece em falas como de Bianca, onde a estudante sinaliza a importância da Bolsa em sua preparação profissional.

Venho através deste, solicitar o Bolsa Desenvolvimento Acadêmico, visto que, será uma grande oportunidade de crescimento e experiência como estudante, com isso, irei me aperfeiçoar cada vez mais para no futuro me tornar uma boa profissional. Além disso, o dinheiro também é de grande importância para que eu consiga permanecer na Universidade com tranquilidade (Bianca, 22 anos, aguardando vaga).

O projeto de desenvolvimento acadêmico me ajudara a expandir meus conhecimentos, as atividades me ajudarão no meu desenvolvimento educacional como uma futura educadora (Kiara, 21 anos, contemplada).

É interessante notar o caso daqueles que já eram atendidos com bolsa no momento da participação na seleção de 2014, pois muitos deles destacam em sua fala muito mais a importância da integração no projeto de pesquisa do que sua condição social.

Me encontro atualmente inserido em um projeto de desenvolvimento Acadêmico relativo à pesquisa do fotojornalismo no Brasil coordenado pela professora (...). Para bom andamento do projeto seria interessante que eu pudesse dar continuidade no trabalho que realizo no momento. Obrigado (Getúlio, 46 anos, aguardando vaga).

Sobre isso, nossa hipótese é que – a partir do momento em que passam a receber o recurso – conseguem através dele se manter na instituição e, junto a isso, constroem uma

experiência positiva em relação ao projeto a que se vinculam, muitos desses estudantes deixam de focar somente no apoio financeiro repassado e passam a avaliar também a qualidade da formação que estão recebendo.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A visão dos estudantes dos recursos institucionais de permanência reflete o peso atribuído por eles à esta oportunidade em seu percurso acadêmico. Um dos primeiros elementos que chama a atenção nas falas analisadas está no fato dos estudantes buscarem demonstrar para o aparato técnico-burocrático da PROAES que, apesar da solicitação da Bolsa, também são atuantes em seu processo de permanência, não estando em busca exclusivamente dos mecanismos oficiais de assistência estudantil. Em vista disso, antes mesmo de apresentar sua motivação para o pleito, informam as estratégias que vêm lançando mão para se manter na instituição. Dentre elas, as que mais se destacam nas falas são o uso de poupanças pessoais ou de familiares, de seguro-desemprego, de redes de relações - como família, amigos, igreja, e de trabalhos formais e informais. Contudo, em sua maioria, afirmam que estas rendas não terão durabilidade ao longo do curso e, portanto, se veem imbuídos da necessidade de solicitar a bolsa como um meio de complementar a renda, no caso daqueles que ainda trabalham, ou mesmo de preencher essa falta.

Os estudantes que olham a bolsa na perspectiva de acesso a um direito afirmam a importância da atuação da instituição para impedir que enfrentem situações de retenção ou mesmo evasão do curso, por falta de recursos. Eles indicam ainda, em suas falas, o que compreendem enquanto custos para estar em uma universidade. De modo geral, apontam o custeio de fotocópias, alimentação e transporte como aqueles que mais exigem de seus rendimentos, por serem gastos cotidianos. No entanto, a justificativa pela bolsa inclui ainda outros custos, como moradia, aquisição de materiais didáticos e cursos.

A condição pessoal e familiar de pobreza como justificativa para acessar a bolsa assistencial também é algo recorrente nas falas analisadas. Entretanto um grupo de estudantes em particular argumenta sua motivação para a bolsa a partir de relatos dramáticos de sua condição social, buscando apontar para os profissionais técnicos responsáveis pela seleção o quanto sua pobreza, sua “carência”, é justificável para que se torne bolsista da UFF.

Acreditamos que isso se deva ao fato de que historicamente a atenção às necessidades da população pobre brasileira tenha ficado a cargo de instituições sociais, cuja atuação não era

vista como um direito da população assistida, mas uma “ajuda”, uma benemerência. Apesar dos avanços ocorridos, principalmente a partir da Constituição de 1988 e das normativas mais atuais que regulamentam a política de assistência social, a forma como essa população se relaciona com direitos ligados à assistência ainda não parece ter acompanhado este avanço.

Ainda que estes estudantes sejam muito jovens, tenham tido menor contato com o cenário anterior das políticas sociais, isso também se reflete por alguma razão em suas falas quando solicitam a bolsa assistencial da UFF. Em suas justificativas, eles destacam situações como desemprego, adoecimento de familiares, dívidas e empréstimos, como sendo as principais razões para estar solicitando aquilo que consideram uma “ajuda” da Universidade para poderem se manter no curso. Há, portanto, uma valorização do argumento da pobreza como forma de chamar a atenção dos analistas do pedido.

Outra parcela de estudantes destaca em sua justificativa uma necessidade em acessar a bolsa para dar prosseguimento ao curso, somada ao interesse que possuem em participar dos projetos acadêmicos ofertados em conjunto com a bolsa. Apesar dessa atividade ser uma contrapartida obrigatória do estudante pelo recebimento do recurso, a atualização realizada pela PROAES na antiga Bolsa Treinamento em 2012 que exigia o cumprimento de carga horária em atividades laborativas junto aos setores da Universidade, fez com que o modelo adotado para a Bolsa Desenvolvimento Acadêmico já começasse a chamar a atenção dos estudantes. Isso se deve ao fato de, no momento atual, os bolsistas da BDA terem que cumprir carga horária em atividades acadêmicas, através da inserção em um projeto de pesquisa ofertado por docentes da própria instituição e, de modo geral, ligados ao seu curso de origem.

Especialmente nos casos dos estudantes que já estiveram inseridos na Bolsa, é recorrente o argumento de que este recurso é crucial não só para garantir a conclusão do curso atual, mas também para a possibilidade de dar seguimento em programas de pós-graduação. Essas falas destacam uma possível transformação na visão comum associada às bolsas assistenciais, remetida ao aspecto da necessidade decorrente da pobreza. Outros exemplos que reforçam esse argumento dizem respeito aos pleitos que tratam da necessidade da Bolsa como via de acesso às bolsas acadêmicas (iniciação científica, monitoria), uma vez que a maior dedicação ao curso pode resultar em aumento do desempenho medido pelo coeficiente de rendimento, condição comumente exigida nos processos para o acesso às bolsas acadêmicas.

O novo formato adotado pela normativa da BDA, a partir de 2012, reflete em uma mudança no reconhecimento desta bolsa por parte dos estudantes, especialmente no aumento de seu valor simbólico em relação às bolsas acadêmicas, tendo em vista que aqueles que

buscam o apoio da instituição não serão mais obrigados a trabalhos administrativos, mas estarão envolvidos com as atividades-fim da instituição (ensino, pesquisa e extensão).

## **THE POLICY OF UNIVERSITY PERMANENCE UNDER THE VIEW OF THE STUDENTS: UFF'S CASE**

### **ABSTRACT**

The Fluminense Federal University went through an expressive expansion and restructuration in the 2000s and, although it offers actions of student's assistance in a certain period, it institutes a politic from REUNI and PNAES resources, that broad in a large scale the opportunities of student's to access resources to their maintenance in the university. Thinking about this, we search through collected data analyze with the Pro-rectory of Students Subjects, manager of PNAES's resources and responsible for the policy of institutio nal permanence, analyze the letters made by the candidates to the Scholarship of Academic Development with the objective of know the point of view, that is, under which perspectives the students applied to the scholarship, how they see the role of the institution, of actions offered by the University and themselves, in their university permanence. As result, we saw that, among others, the students resorted to speeches and representations that highlights the access to scholarships as part of an "universitary project", an "social right to education" or even an "aid" in answer to the "needs" resulting of their social condition, that extrapolate the immediate objective of their permanency in the University.

**Keywords:** University education; university permanence; institutional politics.

### **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Wilson Mesquita. Estudantes com desvantagens econômicas e educacionais e fruição da universidade. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 49, p. 35-46, jan./abr. 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. **Lei nº12.711**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Casa Civil. 29 de agosto de 2012. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em 23 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o PNAES. Brasília, 2010. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm). Acesso em 23 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº6096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais – REUNI. Brasília, 2007. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm). Acesso em 23 de abril de 2017.



\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica de Assistência Social**, nº 8.742, de 1993. Casa Civil da Presidência da República. Brasília, 1993. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm). Acesso em 25 de abril de 2017).

PAIVA, Angela Maria Randolfo. Políticas públicas, mudanças e desafios no acesso ao ensino superior. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda. Reformas da educação superior na América Latina e Caribe: inclusão, equidade, diversificação e diferenciação. In: GAZZOLA, Ana Lúcia; DIDRIKSSON, Axel. (Org.). **Tendencias de la educación superior en América Latina y el Caribe**. Caracas: IESALC-UNESCO, 2008, p. 1-21.

RAMOS, Lila de Fátima de Carvalho. **A assistência ao estudante nas IFES em contexto brasileiro: o programa Saudavelmente da Procom-UFG** [manuscrito] / Lila de Fátima de Carvalho Ramos. 2012.

REIS, Elisa Pereira. **Processos e escolhas: estudos de sociologia política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

SOUZA e SILVA, Jailson. **“Por que uns e não outros?” Caminhada de jovens pobres para uma universidade**. Rio de Janeiro: Ed. Sete Letras, 2003.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. (Org.). **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

TEIXEIRA, Moema de Poli. **Negros na universidade: identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Editais Programas de Assistência Estudantil, 2014**. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – Coordenação de Apoio Social, 2014. (mimeo)

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão**. Apresentação dos resultados da UFF no ano. Gabinete do Reitor, PROPLAN (Pró-Reitoria de Planejamento), 2014. (mimeo)

VIEIRA, Joselya Claudino de Araujo. et al. Assistência estudantil no ensino superior: um estudo sobre o perfil dos estudantes usuários do Programa Bolsa Permanência da UAG/UFRPE. **Revista de Educação do Vale do São Francisco**, v. 1, n. 2, abr. 2012.

YASBEK, Carmelita. Serviço social e pobreza. **Rev. Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 153-154, jul./dez. 2010.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006.

Recebido em 29 de abril de 2017. Aprovado em 30 de maio de 2017.